

Cabral acredita que pareceres não refletem real perfil da Assembléia

15-03-87 068 P.2. ANE ←

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), acredita que o conteúdo dos 24 pareceres atualmente em fase de discussão nas Subcomissões deve sofrer revisões quando submetidos às oito Comissões Temáticas. Na opinião de Cabral, esses pareceres são "progressistas", quando "o perfil da Assembléia é mais conservador".

— Tanto do ponto de vista político, como econômico e social, a corrente progressista está na frente. Mas não sei se nas Comissões Temáticas esse avanço progressista será mantido.

Entre os aspectos que considera "progressista" nos 24 pareceres, Cabral destaca a liberdade e autonomia sindical, a forma de pagamento das terras desapropriadas pelo Governo, a estatização da economia e as propostas sobre o Poder Judiciário que extinguem o Superior Tribunal Militar e retiram do Supremo Tribunal Federal a condição de intérprete de toda matéria constitucional.

O próprio Relator discorda de alguns desses aspectos, como a intervenção do Estado na atividade eco-

nômica. Cabral defende a liberdade de iniciativa e acha que o Estado deve restringir suas atividades na economia a setores básicos, como a distribuição de energia elétrica.

Ele considera um despropósito que um País de Governo socialista, como a França, revele uma participação do Estado na atividade econômica em torno dos 35 por cento, enquanto um País de regime capitalista, como o Brasil, apresente um índice de 70 por cento de participação do Estado na economia.

Embora duvide que os progressistas mantenham o avanço verificado até agora nas etapas futuras da Constituinte, Cabral, por outro lado, não deixa de temer que os setores ditos conservadores acabem aliando-se aos progressistas. Como exemplo, lembra que ontem o Deputado Konder Reis (PDS-SC), identificado com os setores mais conservadores, acabou se alinhando às teses progressistas, numa discussão sobre a dívida externa realizada pela Comissão de Sistematização.

Bernardo Cabral também já definiu a linha de conduta que adotará quando os relatórios das Comissões Temáticas chegarem às suas mãos.

Numa primeira etapa, se limitará a "compatibilizar os diversos relatórios", apresentando seu parecer ao plenário da Assembléia. A partir dessa fase, porém, pode até mesmo alterar tudo o que tiver escrito no primeiro parecer, caso constate que esse é o desejo da maioria. Por exemplo: no primeiro relatório, Cabral pode propor o regime parlamentarista, que acredita deter 60 por cento das preferências dos Constituintes. Mas se depois verificar que a vontade é outra, não terá dúvidas em apresentar um parecer propondo o presidencialismo.

Cabral também já tem ponto de vista definido sobre uma das questões cruciais da Constituinte: a duração do mandato do Presidente José Sarney. Ele acha que deve ser de seis anos, pois está regido pela Constituição em vigor, que também fixou todos os mandatos atuais, desde Vereador até Senador. Caso sinta que a maioria quer apenas quatro anos — que, por sinal, acredita ser o desejo da maioria — acha que todos os demais mandatos devem ser abreviados e que em novembro de 1988 sejam realizadas eleições gerais.